

Revista de

Economia Política

Volume 19, nº 2 (74), abril-junho/1999

Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil

João Antônio de Paula

“Construção de Instituições” no Brasil

Fabio Giambiagi

Fordismo e/ou Japonismo

Maria da Graça Druck

Theory of Institutional Policy

Thráinn Eggertsson

Turning Point in the Debt Crisis

Luiz Carlos Bresser Pereira

Ciclos Políticos: uma Resenha

Tânia Fialho

Resenhas de livros

O Pensamento Econômico de Ignácio Rangel

Armen Mamigonian e José Marcio Rego (orgs).
São Paulo, Editora 34, 1998

ap 234093

Trata-se de coletânea de artigos e palestras apresentados em seminário sobre o pensamento de Ignácio Rangel promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em 1974. A vantagem decorrente disto é poder contar com pesquisadores sobre o pensamento deste que foi talvez o mais original dos economistas brasileiros lado a lado com intelectuais que com ele conviveram e cujos depoimentos enriquecem a obra, trazendo à tona o contexto em que as idéias de Rangel desabrocharam e suas motivações. Assim, artigos como os de Gilberto Paim, Sylvio Wanick Ribeiro, Domar Campos, Maria do Rosário Pizzo e Armen Mamigonian devem ser valorizados menos pela contribuição teórica, ou pela reflexão ensejada a partir de Rangel, e mais pelo resgate de sua biografia, pelas impressões e pelo toque subjetivo — certamente importantes para futuros trabalhos sobre o tema.

Ao lado desses, encontram-se quatro *papers* que poderíamos ponderar como de maior fôlego. O primeiro, de autoria de Luiz Carlos Bresser Pereira e José Marcio Rego, e que serve de introdução aos demais, faz uma apresentação da obra de Rangel fixando-se na teoria da dualidade e em sua visão sobre os ciclos econômicos — esta em boa medida inovadora, já que as teorias de longo prazo predominantes à época assentavam-se via de regra em modelos construídos com ênfase em perspectivas tendenciais do sistema econômico (quase sempre inexoráveis...), cabendo pouco espaço às análises, sempre mais complexas, enfocando ciclos. O segundo artigo, de César Guimarães, é certamente a mais didática expo-

sição da tese da dualidade brasileira: tarefa não desprezível e de todo oportuna, pois nos textos originais de Rangel há várias lacunas e, muitas vezes, pontos obscuros que dificultam a leitura, inclusive porque sua visão sobre dualidade foi sendo aperfeiçoada ao longo do tempo, até chegar à versão de 1981, publicada no número 4 da *Revista de Economia Política*, e que consta como apêndice do livro.

A seguir, os trabalhos de Paulo Mercadante e Márcio Henrique Monteiro de Castro fazem uma reflexão sobre a obra Rangel, enfocando aspectos metodológicos e as razões de sua atualidade: afinal, interdisciplinaridade, ênfase nas instituições para o entendimento do funcionamento da economia e o resgate da história e da política sem cair na negação da teoria econômica, antes a reafirmando, sempre foram marcas do velho mestre, que navegava das raízes históricas dos problemas à conjuntura com a maior desenvoltura e sem cheirar a artificialismo. Assim, da análise da dualidade estrutural da economia brasileira, chegava a antever a necessidade de privatizações — quando estas eram ainda pouco faladas e, muito menos, praticadas. Um esquema teórico, determinista, mecânico e economicista? Até pode ser, mas que jamais admitiu dogmatismos, afastando-se da ortodoxia, fosse a liberal, fosse a do marxismo do PCB, do qual de militante passou a ser visto como herético, sem contar as teses dos economistas cepalinos, grupo que sempre respeitou mas do qual sempre quis deixar bem claro suas diferenças. Rangel, por estas e muito mais razões, pode ser considerado o exemplo do autodidata e do ecletismo teórico brasileiro (as influências de Ricardo, Marx,

Keynes, Schumpeter e Kondratieff são constantes ao longo de sua obra, num arranjo que vai da máxima criatividade ao desconcertante).

A despeito do mérito da iniciativa, alguns problemas devem ser mencionados. Talvez devido ao fato de o livro ser fruto dos trabalhos apresentados no referido seminário, o mesmo carece de unidade e os artigos não respeitam nem a evolução do pensamento de Ignácio Rangel nem o conjunto de sua obra. Muitas vezes mais lembra anais, com muitos textos que se sobrepõem ao lado de lacunas indesculpáveis. Temas relevantes, como inflação e capacidade ociosa, por estranho que pareça, são mencionados apenas de passagem: justamente aqueles em que, para muitos, o economista maranhense mais ousou em criatividade e heterodoxia em matéria econômica. Falta também um artigo sistemático sobre a evolução do pensamento de Ignácio Rangel, algo sugerido ao leitor pelo título do livro; sem contar com uma investigação mais aprofundada sobre metodo-

logia e epistemologia, algo que se impõe frente ao seu ecletismo no uso de categorias e modelos, além das influências filosóficas nem sempre convergentes que marcaram sua formação, como a dialética marxista, o positivismo e Kant.

Por outro lado, como homenagear Rangel e ressaltar a importância de sua obra eram os principais objetivos do seminário, estes foram confundidos com enaltecimento, ignorando a crítica, como se esta fosse comprometê-los. Resta, então, dizer que o livro consegue seu principal intento, que é divulgar as idéias de Ignácio Rangel, mas ainda deixa aberta a grande lacuna que é o estudo mais aprofundado sobre suas reflexões históricas e teóricas.

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
Doutor em Economia (FEA/USP)

Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós-64

Adriano Nervo Codato

São Paulo, Editora Hucitec-ANPOCS, 1997

A economia brasileira é habitualmente analisada pelo conjunto de seus resultados, especialmente na dimensão do crescimento econômico e da estabilidade de preços. É uma trajetória muito acidentada, onde pode ser observada uma variedade de combinações de desempenhos de variáveis-objetivo, tais como produto real, emprego, e inflação, tanto quanto desempenhos setoriais: contas públicas, contas externas, e contas monetárias. Todavia, é na perspectiva dos processos que viabilizam esses resultados que a análise macroeconômica ganha densidade e é possível perceber o contraponto ainda mais acidentado da tomada de decisão de política econômica.

Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64 tem precisamente o foco dos processos decisórios no Executivo no período 1974-1979 (Governo Geisel), quando ocorreram importantes experimentos organizacionais no Setor Público Federal, na tentativa de lidar com as repercussões internas dos choques do petróleo.

Na segunda metade dos anos 60, a formulação de políticas no Executivo aglutinava-se em torno do arranjo colegiado, isto é, reforçava-se a capacidade

decisória inter-ministerial, em detrimento da decisão em nível ministerial *per se*. Essa é a era dos "conselhos" que hierarquicamente localizavam-se em nível decisório acima daquele em que se distribuíam as agendas ministeriais, tomadas individualmente¹. Porém, ao começo da década seguinte, e em decorrência da crise externa, destacava-se uma unidade decisória: o Conselho Monetário Nacional. Com isso, o CMN deslocou-se do nível hierárquico estritamente inter-ministerial, para isolar-se em um nível adicional, mais acima, tornando-se a unidade de controle de toda a organização governamental. Era um virtual e *sui generis* "Ministério da Economia".

Contudo, ao inaugurar-se o Governo Geisel passou a predominar a ideologia de que:

• as políticas públicas poderiam ser melhor coordenadas, na extensão em que fossem segmentadas em dois compartimentos decisórios preferenciais: "política social" e "política econômica".

¹ J.V. Monteiro, *Mecanismos decisórios da política econômica no Brasil: 1965-1982*, Revista IBM, IV(6), junho, 1983, pp. 18-29.